

SEÇÃO VI

Mercado de Trabalho

Sumário

Os dados mais recentes de emprego revelam que o mercado de trabalho brasileiro continua em processo de ajuste, combinando certa estabilidade da taxa de desemprego com uma recuperação dos rendimentos reais. Não obstante ao fato de que, na comparação interanual, haja uma clara tendência de desaceleração no ritmo de crescimento da desocupação, a taxa de desemprego no país vem se mantendo em patamar elevado, gerando um contingente cada vez maior de desempregados. A análise mais detalhada dos números do mercado de trabalho, baseada nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), revela que a taxa de permanência no desemprego vem aumentando.

Ao longo do primeiro trimestre de 2017, 48% dos trabalhadores que estavam desocupados não conseguiram nenhuma colocação no mercado de trabalho, resultando num incremento de 0,4 p.p. em relação ao observado no mesmo período de 2016 (44%) e numa elevação ainda maior quando comparada ao período pré-crise (35%).

Com base na análise dos microdados, é possível identificar que a participação masculina na população desocupada cresceu de 44% em 2012 para 50% no primeiro trimestre deste ano. Adicionalmente, verifica-se que a maioria dos desempregados é composta por trabalhadores com idade entre 18 e 39 anos (70%). Por fim, o corte por grau de instrução revela que a maior parte dos desocupados tem ensino médio completo ou incompleto (50%). Este quadro de alta da desocupação entre os mais jovens e com escolaridade mediana é corroborado pelos dados de transição. No primeiro trimestre de 2017, dentre os trabalhadores que deixaram a inatividade, passaram a procurar emprego e não obtiveram uma colocação no mercado de trabalho cerca de 50% têm idade entre 14 e 24 anos e, aproximadamente, 35% possuem o ensino médio. Na outra ponta, dentre aqueles que saíram da condição de inativos e conseguiram uma ocupação, 35% possuem entre 25 e 49 anos e 43% têm apenas o fundamental completo. Por conta desta baixa especialização, 73% desse contingente foi absorvido pelo mercado informal.

As condições adversas do mercado de trabalho também vêm gerando um aumento do desalento. No início da PNADC, em 2012, 23% dos trabalhadores fora da PEA não procuravam emprego por achar que não obteriam êxito. Já no primeiro trimestre de 2017, este percentual saltou para 47%.

Maria Andréia Parente Lameiras

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

maria-andreia.lameira@ipea.gov.br

Sandro Sacchet de Carvalho

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac do Ipea.

sandro.carvalho@ipea.gov.br

SEÇÃO FINALIZADA NO DIA 14/06/2017

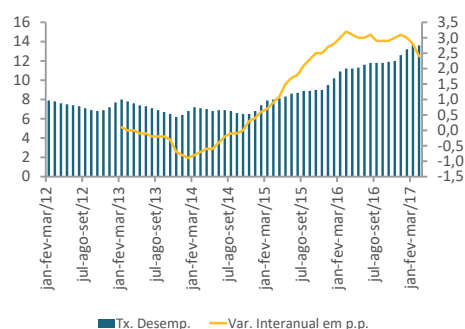
Se, por um lado, os dados de ocupação ainda mostram um cenário ruim, por outro, o comportamento dos rendimentos já aponta uma tendência mais clara de recuperação. No trimestre móvel encerrado em abril, os rendimentos reais registraram alta de 2,7%, proporcionando uma expansão de 1,1% da massa salarial real, nesta mesma base de comparação. Embora os salários dos contratados pelo setor público tenham influenciado positivamente a média salarial, as estatísticas da PNAD mostram que mesmo na ausência deste segmento, a massa de rendimentos reais apresenta variação positiva primeiro trimestre de 2017, encerrando em 0,5%.

A expectativa para o restante do ano é de que o cenário do emprego no país não deve se alterar significativamente, tendo em vista que mesmo diante de alguma recuperação da atividade, o mercado de trabalho deve reagir lentamente. Dentro deste contexto, embora se mantenha uma desaceleração no ritmo de contração da população ocupada, não há margem para uma queda expressiva da taxa de desemprego. Em termos salariais, as perspectivas são de continuidade no avanço dos rendimentos reais, intensificando o movimento de alta da massa salarial e abrindo espaço para uma retomada mais forte do consumo das famílias.

1 Aspectos Gerais do Mercado de Trabalho

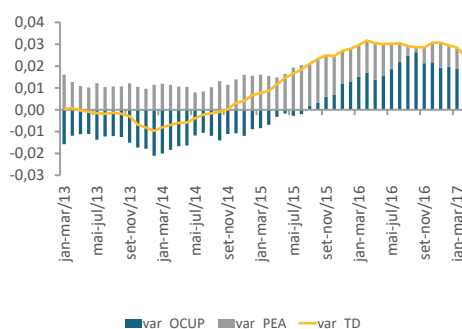
Os dados mais recentes da PNADC mostram que, após registrar um período de maior aceleração, a taxa de desemprego manteve-se estável no trimestre móvel encerrado em abril, atingindo 13,6%. Se, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, o recuo observado de apenas 0,1 p.p. não se mostra expressivo o suficiente para indicar alguma melhora no mercado de trabalho brasileiro, a trajetória da variação interanual da taxa de desemprego traz uma sinalização mais positiva (Gráfico 1). Ao longo de 2016, a taxa de desocupação brasileira elevou-se, em média, cerca de 3,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. A partir de 2017, entretanto, vem ocorrendo uma redução no ritmo de crescimento da desocupação, de modo tal que esta alta foi de 2,4 p.p. no trimestre móvel de fevereiro a abril – melhor resultado desde o trimestre móvel encerrado em outubro de 2015.

GRÁFICO 1
Taxa de Desemprego
(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD
Elaboração: Ipea/Dimac

GRÁFICO 2
Decomposição da variação interanual da taxa de desemprego
(em pontos percentuais)

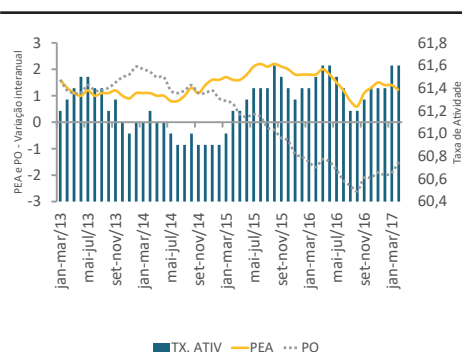


Fonte: IBGE/PNAD
Elaboração: Ipea/Dimac

Na prática, o comportamento da taxa de desemprego é fruto da dinâmica de duas variáveis: população ocupada (PO) e população economicamente ativa (PEA), cujos desempenhos mais favoráveis, na margem, explicam este recuo recente do ritmo de crescimento da desocupação. A decomposição da variação interanual da taxa de desemprego (Gráfico 2), revela que, nos últimos trimestres, a retração mais amena da ocupação, associada a uma contribuição constante da PEA, vem agindo favoravelmente para reduzir a velocidade de crescimento da taxa de desocupação.

Em que pese a melhora no comportamento da ocupação (Gráfico 3), esta ainda deve apresentar taxas de crescimento negativas por algum tempo, tendo em vista não só o crescimento modesto do nível de atividade econômica, como também os seus efeitos tardios de uma recuperação econômica sobre o mercado de trabalho. Adicionalmente, mesmo com a expansão mais amena da PEA a níveis próximos aos atuais (1,1%), não há, no curto prazo, espaço para uma queda expressiva da taxa de desemprego.

GRÁFICO 3
Taxa de Atividade e taxa de Variação Interanual da PEA e da PO
(em %)



Fonte: IBGE/PNAD
Elaboração: Ipea/Dimac

De acordo com os dados da Tabela 1, nota-se que o aumento do desemprego tem se dado de forma generalizada dentre todos os segmentos. Porém, a taxa de desemprego continua sendo mais alta para as mulheres; os não chefes de família; os mais jovens; os trabalhadores da região nordeste; e os com escolaridade baixa ou mediana.

Em termos de taxa de variação percentual, no primeiro trimestre de 2017, a taxa de desemprego brasileira registrou incremento de 27% em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque negativo para a região norte com alta superior a 35% – influenciada pelo acréscimo de 83% do nível de desocupação do Acre. A tabela A.1, no apêndice, retrata que, de fato, o aumento do desemprego vem ocorrendo com intensidade diferente entre os estados brasileiros. Enquanto o Rio de Janeiro (45%) e Sergipe (43%), além do Acre, apresentam as maiores taxas de variação percentual no desemprego, Rondônia (7%), Rio Grande do Norte (14%) e Mato Grosso (15%) registram os menores incrementos na comparação entre os primeiros trimestres de 2016 e 2017.

Desde o início dos efeitos da crise sobre o mercado de trabalho, o contingente de trabalhadores desempregados na economia brasileira saltou de 7,9 milhões no primeiro trimestre de 2015 para 14,2 milhões no primeiro trimestre de 2017, o que significa um aumento de quase 80%. Apenas nos últimos 12 meses, contabilizados até abril de 2017, 2,2 milhões de brasileiros passaram à condição de desocupados. Além disso, a taxa de permanência no desemprego vem aumentando. No primeiro

trimestre de 2017, 48% dos trabalhadores desocupados não conseguiram nenhuma colocação no mercado de trabalho, independentemente do tipo de ocupação, o que significa um incremento de 0,4 p.p. no observado no mesmo período de 2016 (44%). Na comparação com o período pré-crise, esta alta é ainda mais expressiva, tendo em vista que no início de 2012, a proporção dos trabalhadores que se mantinham na condição de desempregados era de 35%.

TABELA 1
Taxa de Desemprego
(Em %)

	2015				2016				2017
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
Brasil	7,9%	8,3%	8,9%	9,0%	10,9%	11,3%	11,8%	12,0%	13,8%
Centro_Oeste	7,3%	7,4%	7,5%	7,4%	9,7%	9,7%	10,0%	10,9%	12,1%
Nordeste	9,6%	10,3%	10,8%	10,5%	12,8%	13,2%	14,1%	14,4%	16,3%
Norte	8,7%	8,5%	8,8%	8,6%	10,5%	11,2%	11,4%	12,7%	14,2%
Sudeste	8,0%	8,3%	9,0%	9,6%	11,4%	11,7%	12,3%	12,3%	14,2%
Sul	5,1%	5,5%	6,0%	5,7%	7,3%	8,0%	7,9%	7,7%	9,3%
Masculino	6,6%	7,1%	7,7%	7,7%	9,5%	9,9%	10,5%	10,7%	12,2%
Feminino	9,6%	9,8%	10,4%	10,6%	12,7%	13,2%	13,5%	13,8%	15,8%
de14a24anos	19,0%	19,5%	20,8%	20,9%	26,4%	26,7%	27,7%	27,9%	31,2%
de25a59anos	5,8%	6,2%	6,6%	6,7%	7,9%	9,2%	9,6%	9,9%	11,3%
maide59anos	2,1%	2,6%	2,7%	2,5%	3,3%	4,8%	5,2%	5,2%	6,2%
Não Chefe Família	11,3%	11,6%	12,4%	12,3%	15,0%	15,3%	15,8%	16,0%	18,1%
Chefe Família	4,0%	4,5%	4,8%	5,1%	6,1%	6,6%	7,0%	7,2%	8,4%
fund_incomp	6,5%	7,1%	7,9%	7,9%	9,1%	9,7%	10,5%	11,3%	12,3%
fund_comp	8,3%	9,0%	9,7%	9,8%	11,6%	12,9%	13,4%	13,4%	15,2%
medio_incomp	14,0%	13,8%	15,3%	16,2%	20,4%	20,6%	21,4%	22,0%	24,2%
medio_comp	9,4%	9,9%	10,1%	10,1%	12,7%	12,8%	13,2%	13,2%	15,5%
superior	5,8%	5,6%	6,2%	6,2%	7,6%	7,8%	7,8%	7,6%	9,2%
RM	8,8%	9,1%	9,7%	9,8%	11,9%	12,6%	13,5%	13,5%	14,9%
NRM	7,3%	7,7%	8,3%	8,4%	10,1%	10,4%	10,5%	10,9%	12,9%

Fonte: IBGE/PNAD
Elaboração: Ipea/Dimac.

Em termos desagregados, os microdados revelam que o número de homens no contingente de desempregados vem aumentando (gráficos 4 e 5). No início da pesquisa, em 2012, a população masculina respondia por 44% de todos os desocupados e, atualmente, corresponde a 50% (gráfico 6). Vale ressaltar que o aumento do desemprego entre os homens vem crescendo mesmo em um cenário de modesto crescimento da PEA masculina, que há pelo menos três trimestres, apresenta taxas abaixo de 1,0% na variação interanual. Isto é, a ocupação entre os homens vem recuando muito mais fortemente do que entre as mulheres. De fato, no último trimestre, a PO masculina retroagiu 2,7%, enquanto a feminina recuou 0,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Na comparação com o início da série (primeiro trimestre de 2012), esta diferença de desempenho relativo fica ainda mais clara, pois a PO masculina caiu 0,9% e a feminina aumentou 3,7%.

GRÁFICO 4
Taxa de Desemprego
(Em %)

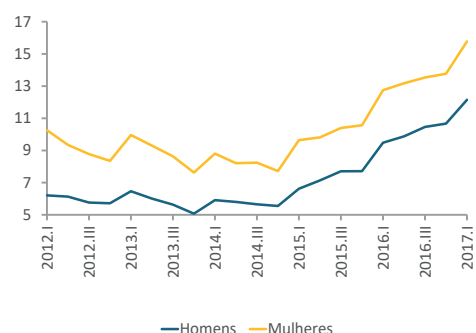


GRÁFICO 5
Composição da Desocupação por Gênero
(Em %)

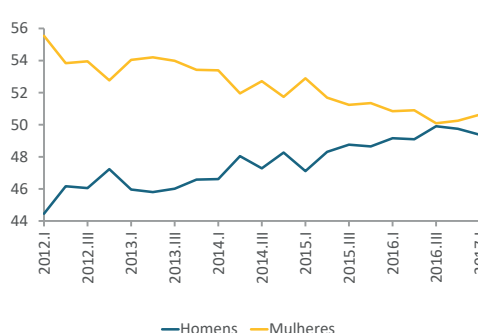


GRÁFICO 6
PEA - Variação Acum. 4 Trim.
(Em %)

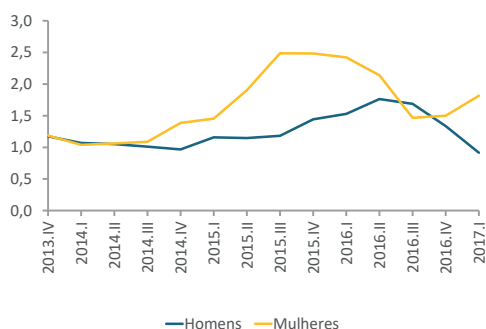
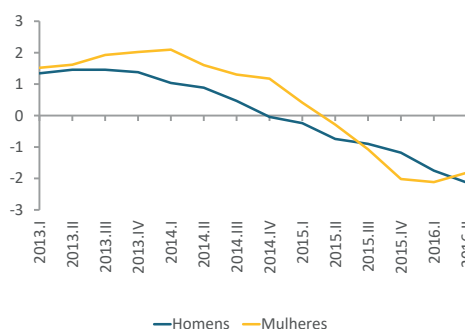


GRÁFICO 7
PO - Variação Acum. 4 Trim.
(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD
Elaboração: Ipea/Dimac

Na análise por faixa etária, observa-se que a grande maioria da população desocupada - cerca de 70% - tem entre 18 e 39 anos, enquanto os trabalhadores com mais de 60 anos respondem por apenas 2% de todo o contingente de desempregados (gráfico 8). Apesar de apresentarem participação relativa semelhante no total da desocupação, a taxa de desemprego dos jovens de 18 a 24 anos é mais que o dobro da observada entre os trabalhadores com idade entre 25 e 49 anos (28,7% ante 12,8% no primeiro trimestre de 2017, respectivamente). De acordo com o gráfico 9, observa-se que, além de ser a mais alta dentre todos os segmentos etários, a taxa de desemprego da população entre 18 e 24 anos é a que mais cresce na margem. Este movimento de aceleração da desocupação é explicado tanto pelo aumento da PEA (2,8% no primeiro trimestre de 2017), quanto pela contração da ocupação (3,5%). Já no caso dos adultos entre 25 a 39 anos, mantendo-se a mesma base de comparação, houve um aumento mais modesto da PEA (1,1%) e uma retração mais amena da ocupação (2,2%). Nos últimos 5 anos (início da PNADC), a PO deste grupo aponta queda de 1,0%.

O comportamento mais benigno da ocupação também pode ser apontado como o

principal motivo para que a taxa de desemprego dos trabalhadores com mais de 60 anos apresente desempenho mais favorável. No último trimestre, este contingente de trabalhadores apontou alta de 0,4%. Na comparação com o início da pesquisa, esta expansão é de aproximadamente 18%.

GRÁFICO 8
Taxa de Desocupação
(Em %)

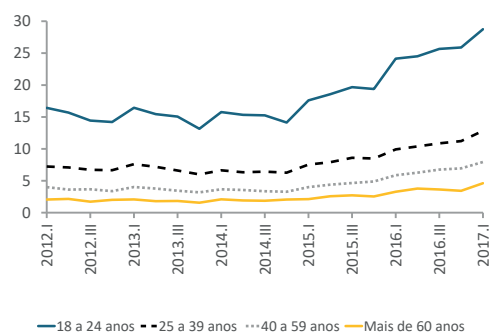


GRÁFICO 9
Composição da Desocupação
(Em %)

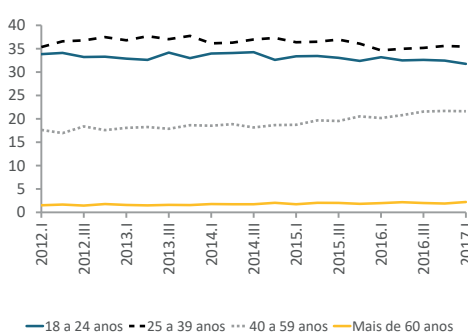


GRÁFICO 10
PEA - Variação Acum. 4 Trim.
(Em %)

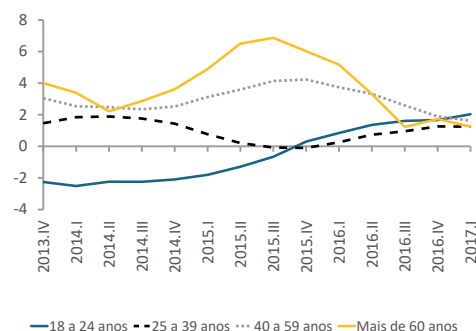
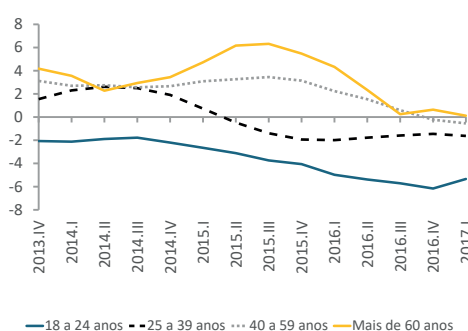


GRÁFICO 11
PO - Variação Acum. 4 Trim.
(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD
Elaboração: Ipea/Dimac

Por fim, o corte por grau de instrução revela que quase 50% dos desocupados possuem de 10 a 12 anos de estudo (ensino médio completo ou incompleto), sendo seguido pela parcela que possui menos de nove anos de escolaridade (fundamental incompleto), que corresponde a 25% do total da desocupação (gráficos 12 e 13). Na outra ponta, os trabalhadores com maior nível de educação respondem por apenas 12% de todo o contingente desempregado. Em termos de taxa de desocupação, os dados mais recentes mostram que houve uma aceleração em todos os segmentos de escolaridade ao longo do último ano, ainda que as causas deste aumento sejam distintas entre os grupos. No caso dos menos instruídos – trabalhadores com no máximo o ensino fundamental –, o aumento da taxa de desemprego se dá pela forte contração da ocupação, tendo em vista que a PEA deste segmento vem recuando ao longo dos últimos trimestres. Esta queda da força de trabalho neste segmento parece indicar que a recessão vem retirando do mercado

de trabalho uma parcela deste contingente de trabalhadores de baixa escolaridade, que acabam indo para a inatividade à medida que fica cada vez mais difícil encontrar uma ocupação.

Em contraposição, o incremento da desocupação entre os mais escolarizados – com ensino médio e superior – vem sendo explicada por uma expansão da ordem de 4,5% da força de trabalho no último trimestre, dado que a ocupação nestes dois segmentos apresenta taxa de crescimento positiva. De fato, no primeiro trimestre do ano, a população ocupada com ensino superior cresceu 3,2%, enquanto a dos menos escolarizados recuou 7,4%. Na comparação com o início da pesquisa (primeiro trimestre de 2012), este movimento é ainda mais expressivo. Ou seja, a alta da ocupação dos mais instruídos aumentou 26,3% e dos com menos escolaridade retroagiu 17,4%.

GRÁFICO 12
Taxa de Desocupação
(Em %)

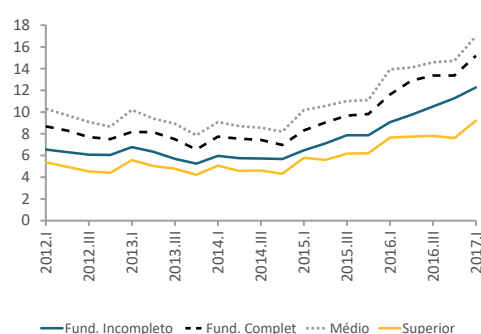


GRÁFICO 13
Composição da Desocupação
(Em %)

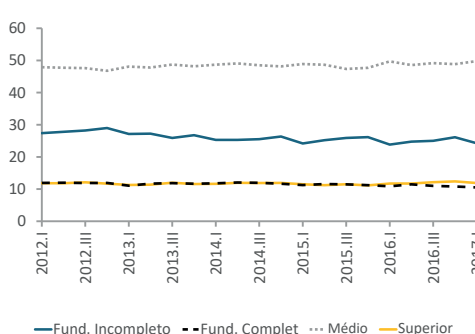


GRÁFICO 14
PEA - Variação Acum. 4 Trim.
(Em %)

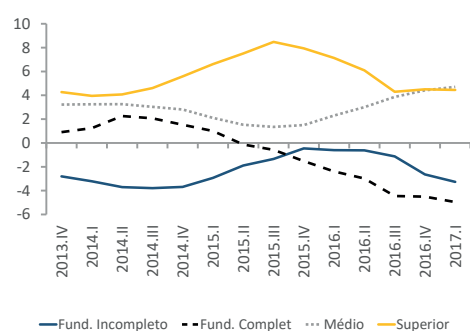
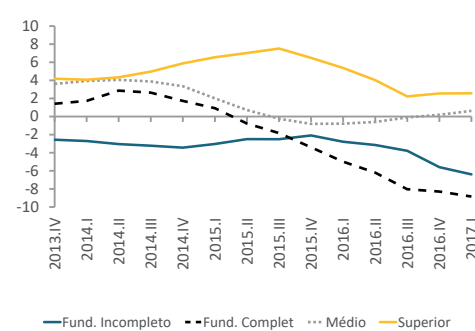


GRÁFICO 15
PO - Variação Acum. 4 Trim.
(Em %)



Fonte: IBGE/PNAD
Elaboração: Ipea/Dimac

Este cenário de alta do desemprego entre os mais jovens e com escolaridade mediana é corroborado pela análise de transição – que é feita por meio de informações de cada indivíduo da amostra que mudou a condição na ocupação. Dentre os trabalhadores que deixaram a inatividade, passaram a procurar uma colocação no

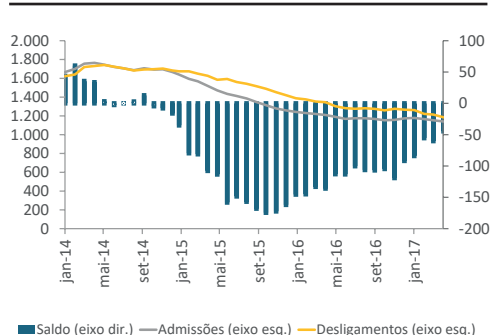
mercado de trabalho e não obtiveram êxito, cerca de 50% possuem idade entre 14 e 24 anos e aproximadamente 35% possuem o ensino médio. Na outra ponta, a análise dos trabalhadores que saíram da condição de inativos e conseguiram uma vaga de trabalho revela que 35% possuem entre 25 e 49 anos e 43% têm apenas o fundamental completo. Por conta desta baixa especialização, 73% desse contingente foram absorvidos pelo mercado informal.

2 Formalização do Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o mercado de trabalho formal no país vem dando os primeiros sinais de recuperação ao indicar um recuo no ritmo de destruição de empregos com carteira assinada. Em abril último, segundo a pesquisa do Ministério do Trabalho, a economia brasileira gerou 59,9 mil novas vagas, alcançando um resultado bem melhor do que o observado neste mesmo mês em 2016 quando foram fechados 62,9 mil postos de trabalhos. Em termos dessazonalizados, verifica-se que, desde o fim do ano passado, os saldos médios trimestrais vêm se recuperando sistematicamente, de modo que no último trimestre encerrado em abril, o fechamento de 45 mil vagas formais constitui o melhor resultado neste tipo de comparação desde janeiro de 2015. Esta melhora é decorrente de uma estabilidade no número de contratações, associada a uma queda do volume de demissões (gráfico 16).

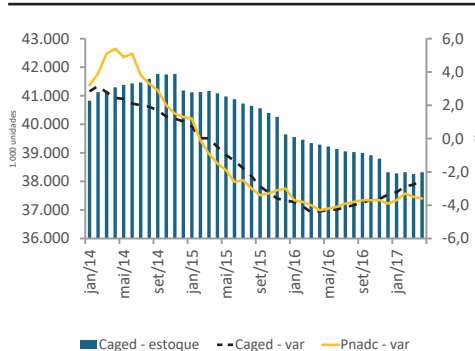
Segundo as estatísticas do CAGED, em abril o mercado de trabalho formal no país empregava 38,3 milhões de pessoas (gráfico 17), o que apesar de indicar uma queda de 2,5% em relação ao observado em abril de 2016, revela que o ritmo de contração neste segmento está se reduzindo. O comportamento mais favorável do emprego com carteira assinada, nos últimos meses, é corroborado pelos dados da PNADC, que também retratam uma redução na velocidade de encolhimento do setor formal.

GRÁFICO 16
Caged - Fluxos mensais dessazonalizados
(Médias móveis trimestrais)



Fonte: MTE/Caged.
Elaboração: Ipea/Dimac.

GRÁFICO 17
Caged e PNADC - Empregos formais - Estoque e
Variação Interanual

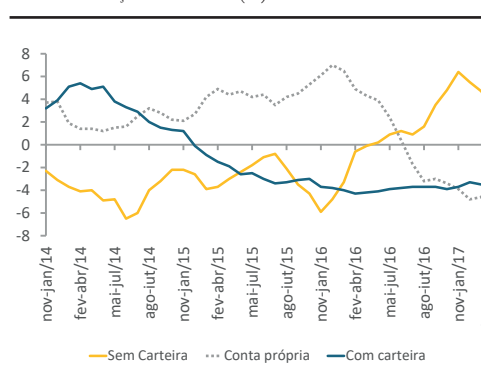


Fonte: MTE/Caged.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Apesar desta melhora no desempenho da população ocupada com carteira, a análise de transição com os dados da PNADC mostra que, no primeiro trimestre de 2017, a “probabilidade” de se transitar do desemprego para o setor formal (7,6%) já é quase a metade do que era habitual até 2014 (14%).

Em relação às demais posições da ocupação, nota-se que, após encerrar o ano de 2016 com taxas de variação interanuais da ordem de 6%, o contingente dos trabalhadores sem carteira no país vem reduzindo a sua velocidade de expansão e, no último trimestre móvel encerrado em abril de 2017, a alta apresentada foi de 3,1% (gráfico 18). No caso dos trabalhadores por conta própria, os dados mais recentes mostram que, embora haja uma leve reversão na margem, ainda se mantém evidente a trajetória de desaceleração iniciada no último trimestre do ano passado. De fato, após crescer de forma expressiva durante 2015 – evitando, inclusive, uma aceleração mais acentuada da taxa de desemprego –, o subconjunto dos trabalhadores por “conta própria” recuou 3,1% no trimestre encerrado em abril último.

GRÁFICO 18
PNADC – PO por posição na ocupação
Taxa de variação interanual (%)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Os microdados de transição extraídos da PNADC também mostram que há diferenças na composição dos trabalhadores que saem do conjunto dos “conta própria” em direção a outros segmentos (tabela 2). Na média dos últimos quatro trimestres, 63% dos trabalhadores que saíram da categoria “conta própria” e foram para o mercado formal tinham o ensino médio completo ou superior. Já do grupo que migrou em direção ao setor informal (sem carteira), 43% possuíam apenas o ensino fundamental completo. Os trabalhadores menos qualificados (fundamental incompleto) também constituem maior a parcela dos que transitaram para o desemprego (38%) e para a inatividade (56%). Dentre todos que saíram do mercado e se tornaram inativos, a maioria (54%) possui mais de 60 anos.

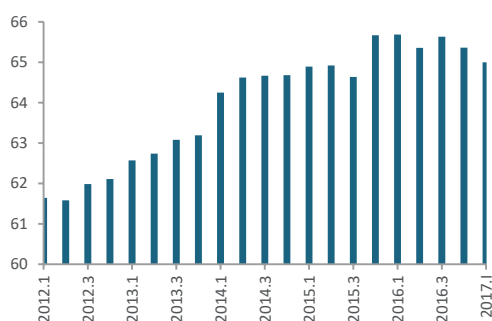
TABELA 2
Transição de trabalhadores do grupo conta própria para outras categorias
(Média dos últimos quatro trimestres – 2016.II – 2017.I)

	Com Carteira	Sem Carteira	Desemprego	Inatividade
18 a 24 anos	9,8%	14,4%	17,7%	9,9%
25 a 59 anos	69,9%	62,6%	64,0%	39,4%
Mais de 60 anos	20,3%	23,1%	18,3%	50,7%
Fund incompleto	25,7%	46,1%	39,8%	57,8%
Fundamental completo	10,7%	10,9%	10,8%	9,3%
Médio incompleto	5,7%	7,1%	8,7%	5,1%
Médio completo	34,5%	23,8%	28,9%	20,4%
Superior	23,4%	12,1%	11,8%	7,4%

Fonte: IBGE/PNAD
Elaboração: Ipea/Dimac

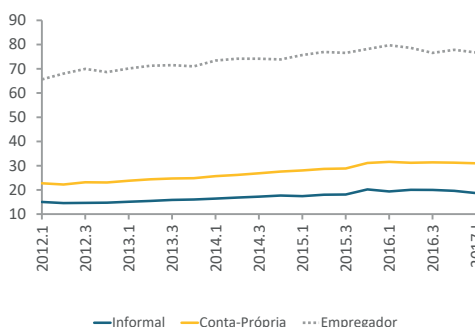
Em termos agregados, o percentual de trabalhadores que contribuem para a previdência social, independente do seu vínculo empregatício, vem se mantendo estável nos últimos trimestres, girando em torno de 65% (gráfico 19). Na desagregação por segmentos (gráfico 20), nota-se que em todos eles há um crescimento percentual de trabalhadores que passaram a recolher suas contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

GRÁFICO 19
Percentual dos Ocupados que Contribuem com a Previdência
 (Em %)



Fonte: IBGE/PNADC.
 Elaboração: Ipea/Dimac.

GRÁFICO 20
Percentual dos Ocupados que Contribuem com a Previdência por Tipo de Vínculo
 (Em %)



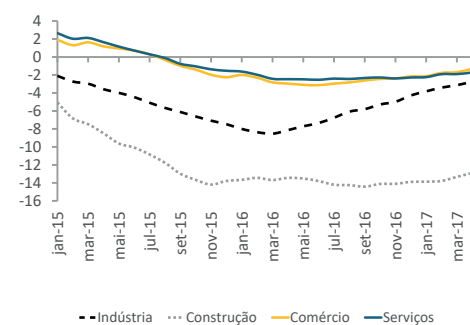
Fonte: IBGE/PNADC.
 Elaboração: Ipea/Dimac.

3 Emprego Setorial

Os dados da PNADC e do Caged apontam trajetórias do emprego setorial similares, mas divergentes em nível, já que apresentam um escopo distinto¹, indicando que alguns segmentos são bem mais formalizados do que outros. Ambas as pesquisas mostram que, embora ainda haja uma queda da população ocupada em quase todos os setores, a taxa de variação negativa da ocupação vem recuando ao longo dos últimos meses.

Na desagregação por setores, o destaque positivo fica por conta da indústria de transformação, que após registrar queda na ocupação de 11,5% no primeiro trimestre de 2016, vem se recuperando de modo que, no período fevereiro-abril de 2017, este recuo foi de apenas 1,9% medido pela PNADC (tabela 3). Mesmo que em intensidade menor que a indústria, os setores de comércio e de serviços também mostram alguma recuperação do emprego na margem, sinalizando que os efeitos mais severos da crise sobre o emprego

GRÁFICO 21
Taxa de Variação Interanual da Ocupação - Média Múltipla Trimestrais
 (Em %)



Fonte: MTE/Caged.
 Elaboração: Ipea/Dimac.

¹ O CAGED contabiliza apenas o emprego formal, enquanto a PNADC capta também a informalidade e o empreendedorismo.

nesses segmentos começam a se dissipar. Em contraposição, as duas pesquisas revelam um comportamento ruim do emprego na construção civil, cuja estabilidade no ritmo de queda da ocupação se dá em patamar bem desfavorável (gráfico 21).

TABELA 3

PNADC- População Ocupada por setores

(Taxa de variação interanual - %)

	3º Trim-15	4º Trim-15	1º Trim-16	2º Trim-16	3º Trim-16	4º Trim-16	1º Trim-17	Fev-Abr-17
Agricultura	-1,4	-0,8	-1,1	-1,5	-4,7	-4,5	-8,0	-7,7
Indústria	-3,9	-7,9	-11,5	-11,0	-10,1	-7,7	-2,9	-1,9
Construção	-4,0	2,0	-1,2	3,9	-2,3	-10,8	-9,5	-8,7
Comércio	2,1	1,0	0,0	-1,0	-2,8	-0,4	-1,3	-1,0
Adm pública/Saúde/Educação	2,0	1,8	2,4	3,1	2,0	-0,7	-1,9	-2,4
Transporte e Correios	3,4	5,8	4,3	5,0	5,2	2,2	0,3	0,8
Aloamento e Alimentação	3,1	6,3	4,0	3,8	8,0	5,4	11,0	12,1
Ind. Fin, Imobiliária e Serv à empresa	-1,2	-9,1	-6,3	-10,0	-9,3	1,8	2,5	1,5
Outros Serv.	-1,3	-1,7	0,2	-0,5	2,3	4,0	2,0	4,2
Serv. Domésticos	0,6	6,8	4,3	5,3	2,8	-3,7	-2,9	-2,6

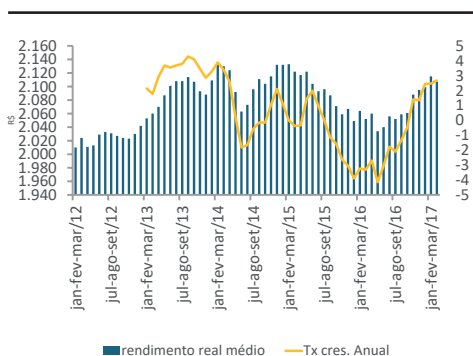
Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

A análise dos dados por setores de transição da PNADC trimestral revela algumas diferenças no perfil dos trabalhadores que transitaram da ocupação para o desemprego, nos últimos quatro trimestres. Delimitando o escopo aos quatro setores que mais empregam (comércio, construção, indústria e serviços), observa-se que em todos eles o maior contingente de trabalhadores que perdeu seus empregos e não conseguiram se recolocar era composto por pessoas com idade entre 25 e 49 anos (59%). No entanto, enquanto no comércio e na indústria a maior parcela dos trabalhadores dispensados tinha o ensino médio completo (44% e 41%, respectivamente), na construção e nos serviços, eles, majoritariamente, possuíam apenas o fundamental incompleto (51% e 34%, nesta ordem). Destaca-se também o fato de que na construção civil e nos serviços, a maior parcela desses trabalhadores não possuía um vínculo formal (82,2% e 73,9%). Já no setor industrial, 51% das demissões atingiram trabalhadores formais, 29,3% informais e 19,7% denominados como “conta própria”.

4 Rendimentos

Se a retomada do dinamismo do mercado de trabalho brasileiro via ocupação ainda não apresentam sinais tão evidentes, o mesmo não ocorre na análise da trajetória dos salários. Segundo os dados da PNADC, a partir de meados de 2016, os rendimentos reais vêm apresentando uma expressiva recuperação, de tal modo que no último trimestre encerrado em abril, o salário médio habitualmente recebido apontou alta de 2,7%, alcançando o seu melhor resultado nos últimos três anos (Gráfico 22).

GRÁFICO 22
PNADC – Rendimento Médio Real
(Taxa de variação interanual)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Na desagregação por posição na ocupação, verifica-se que em 2017 as maiores altas foram observadas nos segmentos “setor privado sem carteira”, “empregadores” e “setor público”. Já o corte setorial mostra que as expansões mais significativas vieram da agricultura, comércio e serviços (tabela 4).

TABELA 4
PNADC- Rendimento Médio Real por Setores
(Taxa de variação interanual - %)

	4º Trim-15	1º Trim-16	2º Trim-16	3º Trim-16	4º Trim-16	1º Trim-17	Fev/17-Abr/17
Brasil	-2,6	-3,2	-4,2	-2,1	0,5	2,5	2,7
Agricultura	-3,4	-7,9	-5,9	-0,9	1,5	7,2	6,3
Indústria	2,5	-3,3	-5,3	-1,0	-4,6	-0,7	-0,9
Construção	-0,7	-0,1	2,3	-1,5	-0,5	-2,9	-2,3
comercio	-5,6	-5,5	-3,8	-1,7	1,7	1,7	1,8
Transporte e Correios	-6,2	-4,3	-3,2	-2,9	14,2	11,5	13,7
Aloamento e Alimentação	-4,3	-3,6	-3,3	-7,6	-3,5	-2,1	-0,9
Ind. Fin, Imobiliária e Serv à empresas	-2,6	1,1	-4,0	1,0	3,2	1,0	2,6
Admpública Saúde e Educação	0,6	-1,1	-1,3	-0,8	1,1	3,4	2,3
Outros Serv.	-4,2	-7,5	-7,6	-4,3	-4,0	3,0	2,9
Serv. Domésticos	-2,0	-0,3	-0,6	0,6	0,6	0,0	0,3
Setor Privado com carteira	-1,0	-0,9	-4,0	-1,3	1,1	0,3	0,7
Setor Privado sem carteira	1,0	-5,1	5,4	1,3	-3,8	7,7	3,8
Setor Público	0,3	0,4	2,1	1,3	2,3	4,3	2,2
Empregadores	-5,8	-4,3	-10,1	-9,2	7,5	4,0	5,5
Conta Própria	-5,9	-3,9	-4,6	-1,8	-3,5	-2,1	-0,5

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Os dados descritos na tabela 4 retratam a dinâmica dos salários reais por faixa de renda (decil) obtida por meio dos dados da PNADC por indivíduo. Na comparação entre o primeiro trimestre de 2017 e o mesmo período do ano anterior, apenas uma faixa de renda (entre 70% e 80%) registrou queda real do rendimento do trabalho. Já, na margem, todas as faixas, sem exceção, apontam para a expansão nos três primeiros meses do ano. Nas duas bases de comparação, observa-se que os melhores resultados se encontram na primeira e na quarta faixa (tabela 5). Esta melhora generalizada dos rendimentos em todos os segmentos gerou uma estabilidade do coeficiente de Gini (calculado apenas com rendimentos do trabalho), que indicou no primeiro trimestre do ano o mesmo valor observado no último trimestre de 2016: 0,49 negativo.

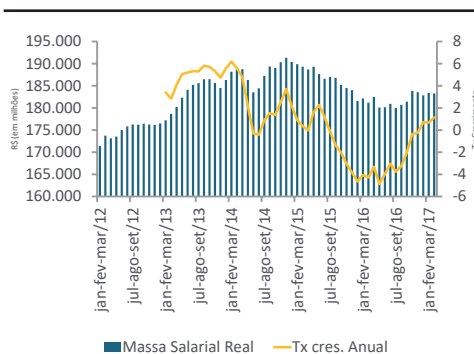
TABELA 5
Taxa de variação da média dos rendimentos reais por faixa de renda - 2016
(Em %)

Faixa de renda	Variação em relação ao mesmo trimestre					Variação em relação ao trimestre anterior				
	2016		2017			2016		2017		
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.
0-10	-13,2	-8,1	17,6	-1,7	19,3	-3,2	2,2	19,8	-17,0	17,4
10_20	-11,2	-3,6	0,6	0,4	5,1	2,3	-0,4	5,9	-7,0	7,1
20-30	-2,1	1,3	0,9	3,4	2,1	4,8	-6,5	6,3	-0,7	3,5
30-40	1,1	1,4	2,2	4,0	4,9	6,9	-3,4	0,5	0,2	7,8
40-50	-6,2	-0,7	-2,9	-1,6	11,9	-1,1	-1,4	1,1	-0,2	12,5
50-60	-9,5	6,0	-3,3	-2,1	8,7	-3,1	1,0	0,6	-0,5	7,5
60-70	-7,5	-6,5	-3,8	-2,6	0,3	-1,2	0,5	-1,4	-0,5	1,8
70-80	-6,7	8,6	2,7	-4,0	-2,3	-0,2	-2,0	-1,4	-0,4	1,5
80-90	-8,7	10,6	6,1	-2,3	1,2	-3,2	-0,8	1,4	0,4	0,2
90-100	-8,1	5,1	0,1	2,0	3,5	-1,4	-1,7	5,2	0,0	0,0

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Esta recuperação mais intensa dos rendimentos reais, associada à queda no ritmo de contração da população ocupada, vem proporcionando uma melhora no comportamento da massa salarial, que já apresenta expansão na margem. Após apresentar sucessivas desacelerações ao longo de 2015 e parte de 2016, a curva de variação anual da massa salarial iniciou um movimento de reversão mais expressivo no início de 2017 (gráfico 23). Segundo a PNADC, no trimestre encerrado em abril último, a massa salarial real habitualmente recebida registrou alta de 1,1%, o que pode sinalizar o início de uma recuperação do poder de compra das famílias.

GRÁFICO 23
Massa salarial real habitualmente recebida

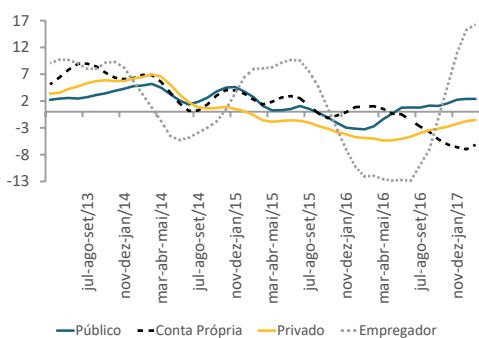


Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

Os dados por posição na ocupação, extraídos da PNADC, revelam que nos últimos anos, o setor público constitui-se no principal de fator de propulsão sobre a massa salarial, combinando uma menor retração da ocupação e maiores reajustes nos rendimentos (gráfico 24). No caso da massa salarial do setor privado, nota-se que, embora este segmento ainda registre variações negativas, estas vêm desacelerando continuamente, influenciada, sobretudo, pelo desempenho do setor informal, cuja massa de rendimentos no trimestre fevereiro-abril de 2017 aponta alta de 7,0% na comparação com o mesmo período de 2016. Em sentido contrário, a massa de rendimentos dos “conta própria” vem retroagindo nos últimos trimestres, impactada muito mais pelo recuo da ocupação do que pela queda dos salários.

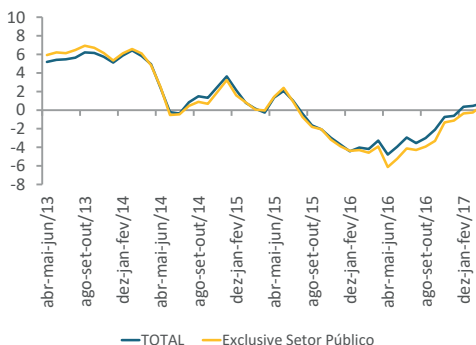
Apesar dessa influência do setor público, as estatísticas da PNADC mostram que mesmo se excluindo este setor, a massa salarial apresenta variação positiva no último trimestre móvel encerrado em abril de 2017 (gráfico 25). Tal melhora pode impactar positivamente o comportamento da demanda interna, impulsionando a recuperação da atividade econômica.

GRÁFICO 24
Massa Salarial Real - por setores
Tx. variação interanual (%)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

GRÁFICO 25
Massa salarial real total e excludível setor público
Tx. variação interanual (%)



Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Ipea/Dimac.

5 Perspectivas



A expectativa para o restante do ano é de que mesmo com a consolidação da recuperação da economia, o cenário do emprego no país não deve se alterar significativamente, tendo em vista que o mercado de trabalho reage lentamente às mudanças nos ciclos econômicos. A tendência é que a ocupação continue a apresentar redução no seu ritmo de queda, associada, sobretudo, a um crescimento no número de novas vagas. Ainda assim, este crescimento não será forte o suficiente para reduzir de forma intensa o número de desempregados e para abarcar os novos entrantes na força de trabalho. Em suma, mesmo que a economia se recupere, não se espera uma queda expressiva da taxa de desemprego este ano.

Em termos salariais, as perspectivas são de continuidade no avanço dos rendimentos reais, o que está sendo impulsionado pela forte desaceleração da inflação em curso no país. Como consequência desta combinação de aumentos reais e melhora no nível de ocupação, a massa salarial real deve intensificar o seu movimento de alta, ainda que a taxas bem menores que as verificadas no pré-crise, abrindo espaço para uma retomada mais forte do consumo das famílias.

TABELA A.1
PNADC- Taxa de Desemprego por UF

UF	2º T. 2014	3º T. 2014	4º T. 2014	1º T. 2015	2º T. 2015	3º T. 2015	4º T. 2015	1º T. 2016	2º T. 2016	3º T. 2016	4º T. 2016	1º T. 2017
Rondônia	4,11	4,11	3,58	4,4	4,92	6,68	6,33	7,49	7,76	8,44	7,82	8,04
Acre	9,56	6,96	6,18	8,72	8,72	8,76	7,65	8,68	11,02	12,08	11,67	15,9
Amazonas	8,26	6,72	7,71	9,36	9,46	10,05	9,09	12,70	13,21	13,57	14,83	17,71
Roraima	5,24	6,27	6,31	8,9	7,77	9,3	8,07	8,27	7,98	9,71	9,22	10,34
Pará	7,02	7,18	6,98	9,17	8,94	8,42	8,61	10,03	10,86	10,96	12,67	13,81
Amapá	9,91	10,57	9,52	9,63	10,11	11,71	12,69	14,26	15,8	14,86	16,75	18,48
Tocantins	7,65	7,53	6,35	8,73	7,63	9,2	9,02	10,69	11,18	10,75	13,07	12,61
Maranhão	7,16	6,69	7,03	8,92	8,78	8,45	8,22	10,83	11,81	11,87	12,95	14,97
Piauí	7,01	6,10	5,93	7,7	7,66	7,63	7,18	9,56	9,88	9,38	8,83	12,58
Ceará	7,49	7,41	6,58	7,98	8,81	9,54	9,01	10,77	11,45	13,06	12,41	14,25
Rio Grande do Norte	11,53	10,54	10,36	11,48	11,57	12,65	12,16	14,35	13,47	14,12	14,67	16,33
Paraíba	8,77	9,21	8,07	9,15	9,07	10,3	9,51	10,03	10,7	12,77	11,94	13,21
Pernambuco	7,92	8,31	7,59	8,16	9,07	11,2	11,02	13,27	13,96	15,33	15,61	17,1
Alagoas	9,65	9,72	9,38	11,07	11,7	10,68	11,3	12,80	13,92	14,76	14,75	17,5
Sergipe	9,56	9,04	8,91	8,61	9,05	8,59	9,92	11,25	12,64	14,24	14,97	16,08
Bahia	10,10	9,74	9,74	11,31	12,72	12,83	12,18	15,52	15,38	15,91	16,64	18,56
Minas Gerais	6,82	6,85	6,24	8,24	7,85	8,63	9,29	11,15	10,93	11,2	11,11	13,67
Espirito Santo	6,49	5,79	6,05	6,92	6,62	8,15	9,07	11,05	11,5	12,72	13,6	14,45
Rio de Janeiro	6,44	6,13	5,78	6,55	7,2	8,23	8,53	10,01	11,38	12,11	13,44	14,51
São Paulo	7,04	7,22	7,08	8,45	8,99	9,57	10,12	11,96	12,18	12,78	12,41	14,23
Paraná	4,15	4,07	3,70	5,31	6,15	6,15	6,13	5,79	8,06	8,19	8,49	10,33
Santa Catarina	2,78	2,89	2,66	3,87	3,91	4,35	4,18	5,99	6,66	6,36	6,16	7,87
Rio Grande do Sul	4,90	5,17	4,50	5,63	5,88	6,85	6,51	7,48	8,72	8,24	8,25	9,14
Mato Grosso do Sul	3,93	4,03	3,77	6,1	6,22	6,27	5,93	7,78	6,97	7,66	8,16	9,78
Mato Grosso	3,93	3,74	3,97	5,65	6,16	6,62	5,66	9,09	9,8	8,95	9,49	10,47
Goiás	5,39	5,14	5,03	6,96	7,34	7,2	7,69	9,95	10,15	10,47	11,2	12,69
Distrito Federal	9,19	8,86	8,71	10,78	9,63	10,26	9,7	11,20	10,93	12	13,87	14,12

TABELA A.2
PNADC – Indicadores do Mercado de trabalho

	PO					PEA					PIA					TX. ATIV.										
	2015	2016				2017				2015	2016				2017				2015	2016				2017		
	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	
Brasil	0,0%	-1,5%	-1,5%	-2,4%	-2,1%	-1,9%	1,9%	1,8%	1,8%	0,8%	1,3%	1,4%	1,5%	1,1%	1,3%	1,2%	1,3%	1,2%	61,3%	61,4%	61,6%	61,2%	61,4%	61,6%		
Centro Oeste	-0,2%	-1,3%	0,2%	-0,4%	-0,4%	-0,1%	1,7%	1,3%	2,7%	2,4%	3,5%	3,4%	1,9%	1,7%	2,2%	2,0%	2,2%	3,1%	64,9%	64,8%	65,5%	64,9%	65,6%	65,2%		
Nordeste	0,0%	-3,7%	-3,9%	-6,4%	-5,5%	-4,9%	1,7%	-0,1%	-0,7%	-2,8%	-1,2%	-1,4%	1,5%	1,2%	1,3%	1,5%	1,6%	-3,5%	57,0%	56,1%	56,0%	55,0%	55,0%	54,7%		
Norte	0,8%	0,3%	-0,2%	-2,9%	-3,5%	-4,2%	2,4%	2,3%	2,8%	-0,1%	1,0%	0,7%	2,0%	2,1%	2,6%	2,3%	2,4%	-2,4%	61,4%	61,4%	61,3%	60,3%	60,5%	60,0%		
Sudeste	0,0%	-1,1%	-0,9%	-1,1%	-0,7%	-0,5%	2,0%	2,7%	2,9%	2,5%	2,5%	3,4%	1,3%	0,7%	1,0%	0,7%	0,9%	4,9%	62,4%	63,1%	63,5%	63,6%	63,8%	64,4%		
Sul	0,0%	-0,1%	-0,9%	-0,6%	-1,3%	-0,8%	1,5%	2,3%	1,8%	1,4%	0,8%	1,9%	1,2%	1,1%	1,3%	1,3%	1,0%	1,7%	64,0%	64,6%	64,3%	63,9%	64,3%	64,8%		
Masculino	-0,2%	-1,2%	-1,1%	-2,1%	-2,6%	-2,7%	1,4%	1,9%	1,9%	1,0%	0,6%	0,7%	1,6%	1,2%	1,5%	1,5%	1,4%	-0,7%	72,4%	72,7%	72,5%	72,0%	72,0%	72,0%		
Feminino	0,4%	-1,9%	-2,1%	-3,0%	-1,5%	-0,7%	2,5%	1,6%	1,7%	0,6%	2,1%	3,2%	1,3%	1,0%	1,1%	0,9%	1,3%	4,6%	51,2%	51,2%	51,6%	51,3%	51,6%	52,0%		
de14a24anos	-4,6%	-8,2%	-7,4%	-9,1%	-8,8%	-5,1%	0,1%	0,9%	1,8%	-0,3%	0,1%	2,2%	-0,5%	-0,2%	0,1%	0,5%	0,2%	2,6%	49,6%	50,2%	50,3%	49,2%	49,7%	50,7%		
de25a59anos	-0,4%	-1,1%	-1,3%	-1,5%	-1,7%	-1,8%	1,2%	1,3%	1,3%	0,9%	1,1%	1,3%	40,0%	0,4%	0,8%	1,0%	1,0%	1,3%	80,6%	80,8%	81,1%	80,8%	80,9%	81,0%		
maisede59anos	4,7%	2,2%	1,8%	-0,5%	1,0%	0,1%	5,4%	3,8%	3,2%	1,3%	2,7%	2,9%	4,3%	2,9%	3,0%	2,0%	2,6%	1,9%	41,7%	41,7%	41,7%	41,6%	41,8%	41,7%		
Não Chefe Família	-0,7%	-2,2%	-1,1%	-1,6%	-1,3%	-0,4%	1,8%	2,1%	3,3%	2,4%	3,0%	4,0%	0,9%	0,6%	1,3%	1,1%	1,3%	5,3%	56,3%	56,9%	57,3%	57,0%	57,5%	58,0%		
Chefe Família	0,8%	-0,8%	-2,0%	-3,3%	-3,0%	-3,4%	2,0%	1,3%	0,1%	-1,1%	-0,8%	-0,8%	2,2%	1,7%	1,4%	1,4%	1,4%	-2,7%	68,4%	67,9%	67,6%	67,1%	66,8%	66,6%		
fund_incomp	-2,1%	-4,2%	-3,4%	-5,9%	-8,8%	-7,4%	-0,5%	-1,5%	-0,6%	-3,2%	-5,3%	-7,3%	-50,0%	-0,6%	0,5%	-0,1%	-2,3%	-6,3%	46,6%	46,5%	46,2%	45,1%	44,8%	45,3%		
fund_comp	-3,4%	-6,9%	-7,5%	-11,0%	-7,7%	-9,1%	-1,5%	-3,4%	-3,5%	-7,1%	-4,0%	-5,3%	-2,3%	-3,8%	-3,3%	-4,9%	-1,9%	-6,8%	58,7%	58,1%	58,4%	57,4%	58,3%	57,2%		
medio_incomp	-4,4%	-9,6%	-10,3%	-6,2%	3,7%	4,3%	-1,2%	-2,3%	-2,7%	1,1%	11,5%	11,9%	-0,2%	-2,4%	-2,9%	0,8%	10,1%	11,7%	53,9%	52,8%	53,9%	54,5%	55,3%	53,9%		
medio_comp	-0,1%	1,3%	1,6%	2,3%	0,2%	0,8%	2,1%	5,1%	5,1%	5,9%	3,8%	5,6%	2,5%	4,4%	4,3%	5,3%	3,1%	5,1%	74,7%	74,6%	75,2%	75,5%	75,6%	75,3%		
superior	6,5%	3,1%	2,0%	0,6%	4,6%	3,2%	7,9%	5,2%	4,3%	2,3%	6,2%	9,1%	8,2%	4,5%	3,5%	2,1%	5,7%	5,3%	79,6%	79,8%	80,1%	79,9%	80,4%	80,0%		
RM	0,2%	-1,7%	-1,8%	-3,1%	-3,0%	-2,9%	1,3%	1,1%	-0,6%	-0,2%	0,2%	2,5%	0,8%	1,2%	1,1%	1,3%	-1,0%	60,1%	60,1%	60,0%	59,2%	59,3%	59,5%			
NRM	-0,2%	-1,2%	-1,2%	-1,6%	-1,0%	-0,4%	1,4%	2,4%	2,7%	2,7%	3,3%	3,9%	1,4%	1,4%	1,5%	1,3%	1,4%	5,0%	63,0%	63,3%	63,8%	64,0%	64,3%	64,5%		

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



Grupo de Conjuntura

Equipe Técnica:

Christian Vonbun
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Aurélio Alves de Mendonça
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Vinicius dos Santos Cerqueira
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Beatriz Cordeiro Araújo
Felipe dos Santos Martins
Luciana Pacheco Trindade Lacerda

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.